

rumos da luta

um jornal a serviço da classe operária e camponesa

"A teoria se converte em uma força material tão cedo seja apreendida pelas massas". (KARL MARX)

Órgão central da União Reconstrução Comunista (URC)

rumosdaluta@gmail.com

Número #37

JUNHO-JULHO/2025



Em um cenário como este, os revolucionários e verdadeiros patriotas devem, antes de mais nada, denunciar que o que o governo dos EUA está fazendo não é "dar palpite" ou "meter o bedelho", maneira leviana de se referir ao que de fato é uma ingerência em assuntos internos do Brasil e que tal postura, desde o século XIX, se baseia na Doutrina Monroe, com a qual os governos estadunidenses tratam os demais países do continente como seu "pátio traseiro". Os revolucionários e patriotas devem mobilizar os trabalhadores e demais setores explorados para lutar pelos seus direitos, pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, por salário igual para trabalho igual e pela reforma agrária. Só assim poderá emergir o patriotismo e o nacionalismo popular. Então o Brasil verá "que um filho teu não foge à luta".

Leia o editorial na página 2

sistema Único de saúde: uma conquista da classe trabalhadora

LEIA MAIS NA PÁGINA 3



uma década do selo Edições Nova cultura



O CENTENÁRIO DE PATRICE LUMUMBA

Leia na página 5

80 anos da Federação Sindical Mundial (FSM)

SINDICAL página 4

Educação Inclusiva em uma sociedade produtora de exclusão

EDUCAÇÃO página 6

Trabalhadores da Educação de MG lutam contra a militarização

EDUCAÇÃO página 6

Visitando a ocupação Vila Esperança no Espírito Santo

MULHERES página 7



Há patriotismo nisso tudo?

O tarifaço do governo dos EUA sobre as importações de produtos brasileiros domina os debates desde as primeiras semanas de julho e isso deve continuar por algum tempo.

As pessoas mais atentas à nossa história sabem que a burguesia brasileira jamais foi patriótica e nacionalista. O que ela entende por patriotismo e nacionalismo não vai além de seus mesquinhos interesses de classe.

Desde o berço que, com medo de se aliar aos trabalhadores, a burguesia industrial preferiu um acordo com o latifúndio, para juntos, explorarem os trabalhadores do campo e da cidade.

Os governos brasileiros, regra geral, sempre cumpriram essa orientação.

Os dois blocos partidários que se revezam no governo, a esquerda da ordem e a extrema-direita, são administradores, cada um a sua maneira, dos interesses da burguesia brasileira e dos imperialistas.

O tarifaço dos Estados Unidos mexe com tais interesses, além de interferir na política brasileira.

Em um primeiro momento, faz pensar a balança eleitoral para o lado da esquerda ordem, que agora se veste de verde

e amarelo, e faz a extrema-direita aparecer com a sua verdadeira face, sempre alinhada com o imperialismo que domina a sociedade brasileira.

No momento em que escrevemos esse editorial, são visíveis as dificuldades para os candidatos que acenam aos eleitores de Bolsonaro, em particular, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

Qual será o desfecho da situação?

Ainda que o governo Trump queira livrar a cara de Bolsonaro e sua trupe, não levarão essa pressão ao ponto de obrigar a esquerda da ordem à mobilização popular. Ele sabe que a mobilização do povo traria outras questões importantes para a cena política e sabe também que os sucessivos governos brasileiros, sejam eles da esquerda da ordem ou da extrema-direita, foram fiéis aplicadores dos ataques aos trabalhadores, o que atende aos interesses comuns dos diferentes setores da burguesia brasileira e das empresas imperialistas.

Tampouco a esquerda da ordem quer ser obrigada a mobilizar seriamente o povo, porque sabe que existem profundas contradições na sociedade brasileira que suas políticas não tem como responder. A esquerda da ordem e a extrema-di-

reita sabem, embora finjam não saber, que a sociedade brasileira não está dividida apenas entre “lulistas” e “bolsonaristas”.

Assim, o desfecho da situação aponta para um acordo entre os dois blocos, a se resolver na próxima eleição, mantendo intactas as instituições da democracia burguesa, tal qual funcionam em nosso país.

Em um cenário como este, os revolucionários e verdadeiros patriotas devem, antes de mais nada, denunciar que o que o governo dos EUA está fazendo não é “dar palpite” ou “meter o bedelho”, maneira leviana de se referir ao que de fato é uma ingerência em assuntos internos do Brasil e que tal postura, desde o século XIX, se baseia na Doutrina Monroe, com a qual os governos estadunidenses tratam os demais países do continente como seu “pátio traseiro”.

Os revolucionários e patriotas devem mobilizar os trabalhadores e demais setores explorados para lutar pelos seus direitos, pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, por salário igual para trabalho igual e pela reforma agrária. Só assim poderá emergir o patriotismo e o nacionalismo popular. Então o Brasil verá “que um filho teu não foge à luta”.

rumos da luta

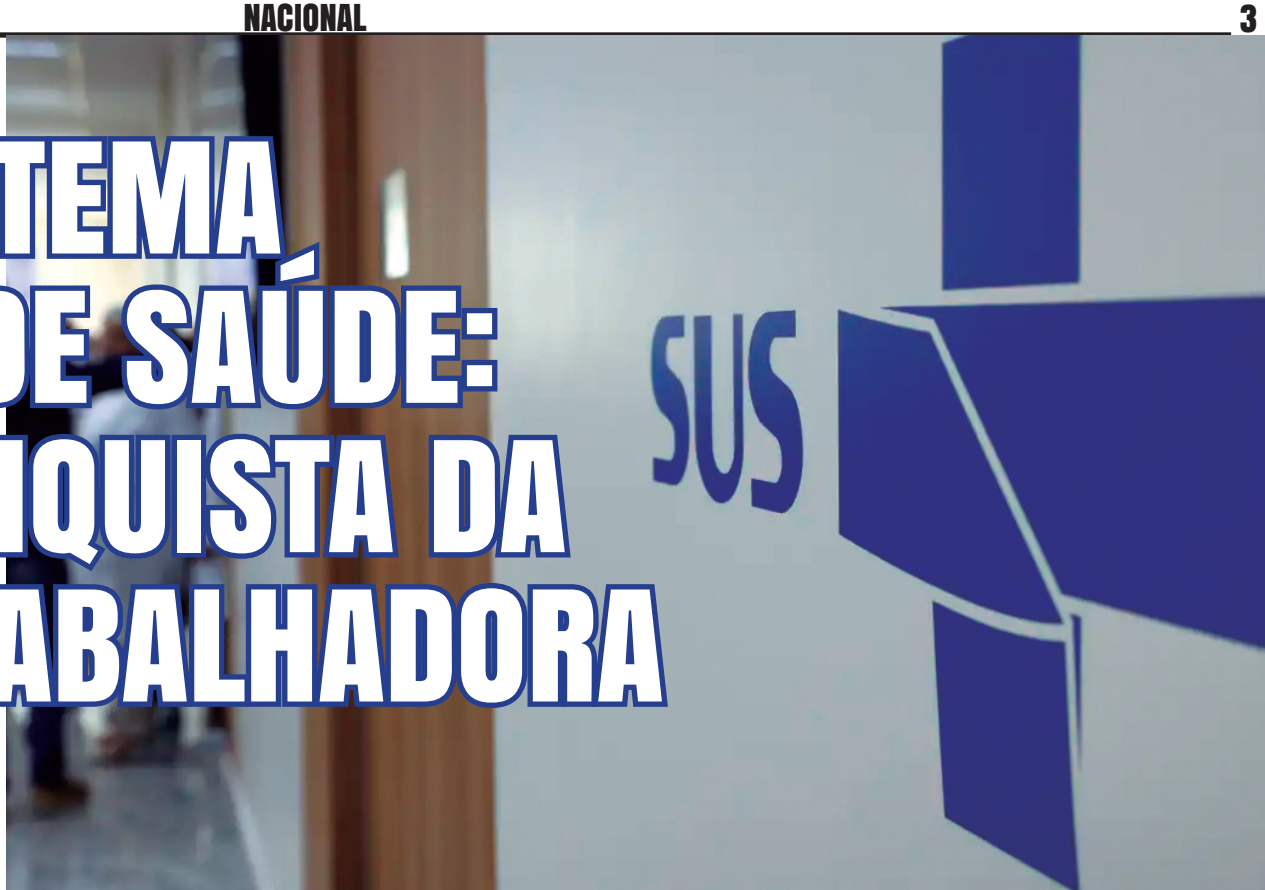
um jornal a serviço da classe operária e camponesa

APOIE O JORNAL RUMOS DA LUTA!

Para viabilizar os custos do nosso jornal por mais um ano, seguimos com o nosso plano de assinaturas únicas de apoio, no valor de R\$ 100 (cem reais), com a qual você passa a receber mensalmente em sua casa 12 edições do Rumos da Luta e assim também contribui com a publicação da URC.

Se você tiver interesse em assinar e nos apoiar, envie e-mail para rumosdaluta@gmail.com ou pelo site www.novacultura.info/jornal

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: UMA CONQUISTA DA CLASSE TRABALHADORA



Matéria recentemente publicada no site de notícia UOL deu conta de um estadunidense que se surpreendeu ao ser atendido em um hospital público do Sistema Único de Saúde (SUS) sem ter que pagar diretamente pelo atendimento.

Não é anormal para um estadunidense se surpreender com isso, afinal, nos Estados Unidos a saúde não é um direito universal, sendo paga para todos os seus habitantes através dos seguros saúde.

Segundo dados do censo estadunidense publicado em agosto de 2024, os Estados Unidos têm uma população de 340,1 milhões de pessoas, sendo que 243,3 milhões tem cobertura de algum tipo de seguro saúde (sim, lá todo o sistema de saúde é pago!), portanto, 96,8 milhões de estadunidenses não têm nenhum tipo de cobertura médica, ou seja, dependem de hospitais filantrópicos para terem acesso a saúde, entretanto, em um país que permite que tantas pessoas fiquem sem acesso a saúde, temos que admitir que hospitais sem fins lucrativos, portanto, filantrópicos, não se encontram em todas as esquinas.

Mas é preciso que você saiba que ter um seguro saúde nos Estados Unidos não significa ter cobertura médica total, muito pelo contrário, para se ter acesso aos tratamentos mais caros da medicina, como tratamentos contra o câncer, somente os seguros onde se pagam os maiores valores possuem cobertura. Estima-se que os custos de sessões de quimioterapia nos Estados Unidos podem ficar entre US\$ 1 mil à US\$ 12 mil, algo entre R\$ 5.450,00 à 65.400,00 por mês!

Além disso, somente 43% dos adultos estadunidenses encontram-se “sub-segurados” para tratamentos contra o câncer, uma vez que seus seguros não comportam todas as etapas do tratamento e não comportam, principalmente, a parte dos medicamentos.

Pois é, no “paraíso” do consumo, saúde também é mercadoria!

Mas como é no Brasil do SUS?

Antes de avançarmos precisamos lembrar (para poucos) e esclarecer (para a maioria) que no Brasil as coisas já foram iguais as relatadas nos Estados Unidos.

Antes do SUS (criado em 1990 com a Lei Nº8.080, de 19 de setembro de 1990) nosso sistema de saúde funcionava de forma muito parecida.

Tinham acesso aos hospitais do

antigo INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social) os trabalhadores que tinham “carteira assinada”, ou seja, aqueles com trabalho formal e registrados, e os seus dependentes diretos, os demais trabalhadores precisavam ser atendidos nos hospitais universitários e nas Santas Casas de Misericórdia, fundamentais em várias regiões do Brasil!

Após 1990, o SUS começou a ser articulado e, a partir de então, criou-se um sistema universal de saúde em que todos os brasileiros, independente de estarem ou não empregados formalmente, têm acesso a toda a estrutura médica disponível no território nacional.

Muito mais do que isso, qualquer pessoa que esteja em trânsito no Brasil tem direito a ser atendido neste mesmo sistema e sem desembolsar nenhum valor.

Justamente o que causou espanto ao estadunidense do início deste texto!

O SUS é custeado por recursos públicos da União, dos Estados e dos Municípios, e estes recursos são provenientes dos impostos pagos no Brasil.

Dados do Ministério da Saúde indicam que os gastos com o SUS em 2025 serão de R\$245 bilhões de reais, ou cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) estima que deveriam ser aplicados, não os 4%, mas 6% do PIB em saúde.

Matéria da Revista Piauí de 08 de novembro de 2024 dava conta que, em 2023, o SUS atendeu 400 milhões de consultas médicas, 27 milhões de consultas odontológicas e 12,4 milhões de internações, segundo dados recolhidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Sabe aquele momento em que você, ou alguém ao seu lado, resolve reclamar (com razão) do SUS (porque ele pode e deve ser melhor!)?

Pense nos dados acima, pense na saúde nos Estados Unidos, pense como você faria se tivesse que arcar pessoalmente com os custos da sua saúde, depois considere se o SUS realmente é essa porcaria que muitos dizem, às vezes, inclusive, até você!

O SUS não foi uma concessão da burguesia para os trabalhadores, muito

pelo contrário. O SUS é uma conquista arrancada à burguesia com muita luta.

Porém, querem te fazer crer que ele não funciona e parte deste imaginário de que o SUS não funciona e que não presta, vem justamente da propaganda que faz as pessoas acreditarem que precisam de um plano de saúde privado para terem acesso a saúde de qualidade.

Dados da Agência Nacional de Saúde (ANS) indicam que 51,035 milhões de brasileiros têm planos de saúde privados, destes, apenas 8,6 milhões têm planos individuais/familiares de saúde, portanto, 42,435 milhões de pessoas são beneficiárias de planos de saúde empresariais.

Desde 2019 a ANS obrigou os planos de saúde privados a custearem os tratamentos complexos, como, por exemplo, contra o câncer, entretanto, os custos destes tratamentos são repassados para o beneficiário, o que, muitas vezes, encarece tanto o plano que o beneficiário “opta” por seguir com o tratamento pelo SUS para evitar o aumento de gastos com sua própria saúde.

Ou seja, quando o beneficiário mais precisa ele é atendido de fato pelo nosso sistema de saúde.

Sabe, aquele sistema que não presta e que precisa acabar?

Pois bem, no final das contas, é ele que nos socorre em todos os momentos.

O SUS tem problemas? Vários!

Principalmente derivados da corrupção e da pressão das grandes empresas de saúde que querem nos convencer de que a nossa vida vai ficar melhor se não pagarmos impostos, ou se o SUS deixar de existir, ou se contratarmos um plano de saúde individual que nos faltará nos momentos mais críticos.

Estes, por aqui, no Brasil, são os mesmos que lá, nos Estados Unidos, trabalharam para deixar a maior parte da população desassistida. Mas tudo bem, lá o carro é muito baratinho.

Ainda bem! Pois, estima-se que 400 mil pessoas morem dentro de seus carros no Estados Unidos, sendo que outras 772 mil moram nas ruas mesmo.

Um comparativo? No Brasil são 335 mil pessoas em situação de rua.

No “paraíso” do consumo a miséria também rola solta!

80 anos da Federação Sindical Mundial (FSM)



1945-2025

A Federação Sindical Mundial (FSM) foi criada em Paris em 3 de outubro de 1945. O Primeiro Congresso Sindical Mundial (Paris, 3 a 8 de outubro de 1945), que votou pela criação da FSM, contou com a presença de delegados representando 67 milhões de trabalhadores de 56 organizações nacionais de 55 países e 20 organizações internacionais.

O Primeiro Congresso Sindical Mundial foi precedido pela Conferência Sindical Mundial, realizada em Londres de 6 a 17 de fevereiro de 1945, que realizou grande parte do trabalho preparatório. A Conferência de Londres contou com a presença de 204 delegados de 53 organizações nacionais e internacionais, representando 60 milhões de trabalhadores em todo o mundo. A Conferência teve como copresidentes representantes da CUT britânica, do Congresso das Organizações Industriais (CIO) dos Estados Unidos e do Conselho Central de Sindicatos da URSS. Eles foram auxiliados por três vice-presidentes – da CGT da França, da Federação Chinesa do Trabalho e da Confederação dos Trabalhadores da América Latina.

A criação da Federação Sindical Mundial ocorreu de perto após a Conferência de São Francisco, que criou a Organização das Nações Unidas (ONU). A Carta da ONU adotada em São Francisco em 26 de junho de 1945 declarou: “Nós, o povo das Nações Unidas, determinados a salvar as gerações vindouras do

flagelo da guerra, que por duas vezes em nossa vida trouxe tristeza indizível à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos de homens e mulheres e de nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito pelas obrigações decorrentes de tratados e outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores padrões de vida em maior liberdade, e para esses fins a praticar a tolerância e viver juntos em paz uns com os outros como bons vizinhos, e a unir nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a assegurar, pela aceitação de princípios e pela instituição de métodos, que a força armada não seja usada, exceto no interesse comum, e a empregar mecanismos internacionais para a promoção do progresso econômico e social de todos os povos, resolvemos combinar nossos esforços para atingir esses objetivos.”

O objetivo básico do Primeiro Congresso Sindical Mundial não era outro senão os objetivos acima citados da Carta da ONU. A Carta da ONU falou em nome de “Nós, os povos das Nações Unidas”. O Congresso de Paris da FSM falou em nome dos trabalhadores do mundo organizados em sindicatos que desejavam um mundo livre de guerras e injustiças sociais.

A fundação da Federação Sindical Mundial foi, portanto, vista como indicativa da nova era que se abria com a derrota do fascismo pelas mãos da aliança antifascista de Estados. Os trabalhadores e as forças democráticas viam nessa vitória o novo futuro do mundo, onde o imperialismo e o colonialismo recuariam e onde a liberdade, a paz, a democracia e a prosperidade avançariam para toda a humanidade.

Era óbvio para os trabalhadores e os sindicatos que meras declarações de governos não eram suficientes. Na coalizão anti-Hitler e nas próprias Nações Unidas, havia governos e Estados que haviam apoiado Hitler e que, mesmo após a vitória sobre o fascismo, tentavam suprimir os movimentos de libertação nos países que mantinham sob domínio colonial. Assim, sentia-se a necessidade de construir a unidade dos trabalhadores e das nações oprimidas em todo o mundo, a fim de alcançar os objetivos da humanidade consagrados nas Declarações. A unidade dos governos por si só, na forma das Nações Unidas, não era suficiente. Novas organizações das massas, da classe trabalhadora em particular, eram necessárias. Daí a necessidade de unidade sindical em escala mundial.

Estas preocupações foram claramente refletidas no Manifesto emitido pela Conferência de Londres:

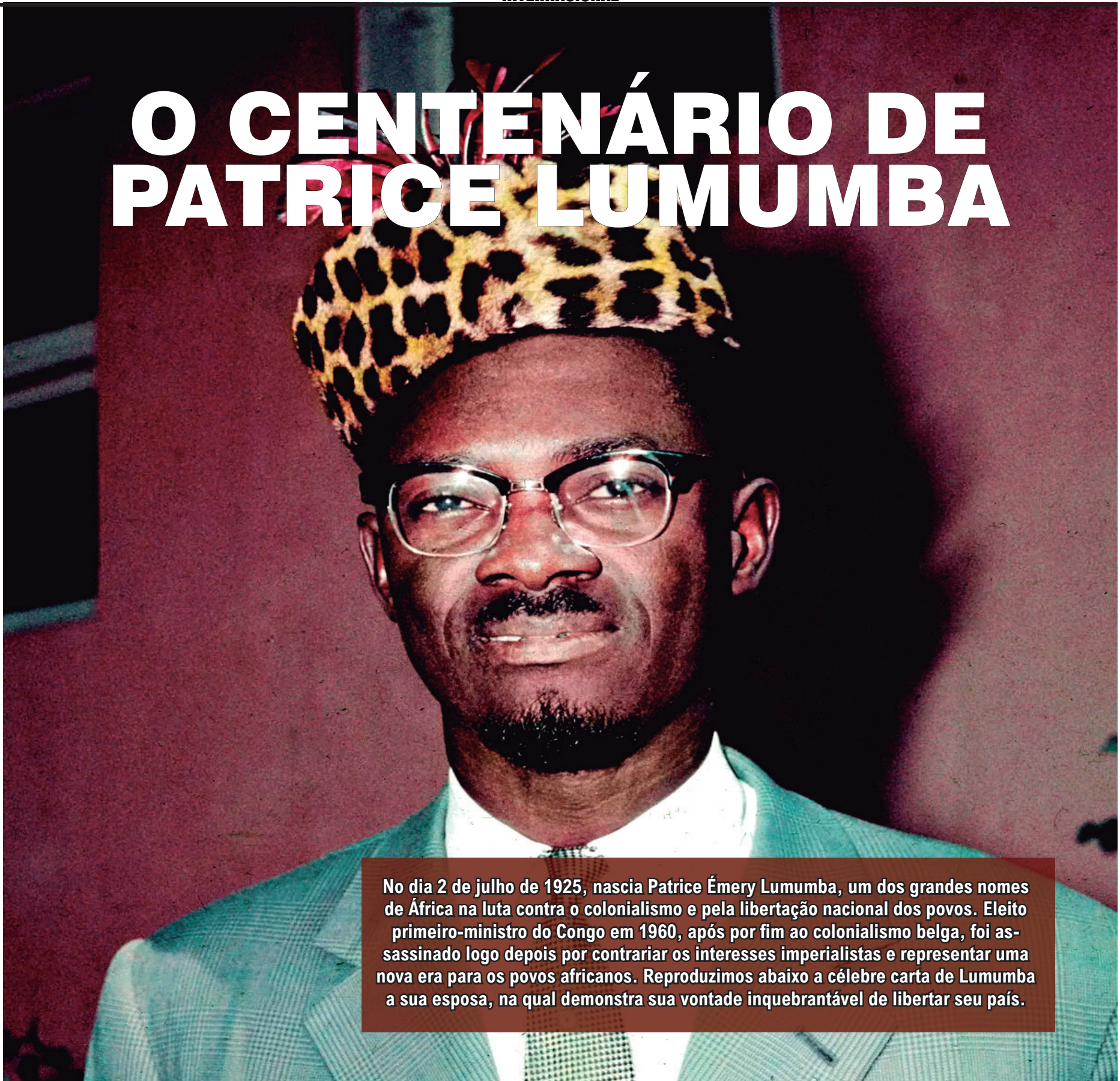
“O trabalho organizado fez sua plena contribuição tanto no campo da luta armada quanto no da produção, criando e sustentando as forças gigantes que já colocaram o fascismo de joelhos e amanhã o destruirão completamente e para sempre.

“Nossa histórica Conferência, reunida em meio à luta armada que ainda está em curso, é em si uma demonstração da unidade da classe trabalhadora e uma evidência da vitória moral das Nações Unidas sobre as forças malignas do fascismo.

O trabalho organizado, com tão grande participação na vitória da guerra, não pode deixar a outros – por mais bem-intencionados que sejam – a responsabilidade exclusiva de fazer a paz. A paz só será uma boa paz – uma paz duradoura – uma paz digna dos sacrifícios com que foi conquistada – se refletir a profunda determinação dos povos livres, seus interesses, seus desejos e suas necessidades.

“Portanto, enviamos da nossa Conferência Mundial este apelo a todos os trabalhadores do mundo e a todos os homens e mulheres de boa vontade para que consagrem à construção de um mundo melhor o serviço e o sacrifício que deram para vencer a guerra”.

O CENTENÁRIO DE PATRICE LUMUMBA



No dia 2 de julho de 1925, nascia Patrice Émery Lumumba, um dos grandes nomes de África na luta contra o colonialismo e pela libertação nacional dos povos. Eleito primeiro-ministro do Congo em 1960, após por fim ao colonialismo belga, foi assassinado logo depois por contrariar os interesses imperialistas e representar uma nova era para os povos africanos. Reproduzimos abaixo a célebre carta de Lumumba a sua esposa, na qual demonstra sua vontade inquebrantável de libertar seu país.

Minha querida esposa,

Eu estou escrevendo estas palavras a você, não sabendo se elas um dia chegarão em suas mãos, ou se estarei vivo quando você as ler.

Ao longo da minha luta pela independência de nosso país nunca duvidei da vitória de nossa causa sagrada, da qual eu e os meus companheiros temos dedicado todas as nossas vidas.

Mas a única coisa que nós queremos para o nosso país é o direito a uma vida digna, a dignidade sem pretensões e a independência sem restrições.

Isso nunca foi o desejo dos colonialistas belgas e de seus aliados ocidentais, estes que receberam, direta ou indiretamente, aberta ou secretamente, apoio de alguns oficiais dos cargos superiores das Nações Unidas, o corpo sobre o qual nós colocamos toda a nossa esperança quando recorremos a ele para obter ajuda.

Eles seduziram alguns dos nossos compatriotas, compraram outros e fizeram de tudo para distorcer a verdade e manchar nossa independência.

O que eu posso dizer é o seguinte, que eu, – vivo ou morto, livre ou preso – não é o que importa.

O que importa é o Congo, nosso povo infeliz, cuja independência está sendo espezinhada.

É por isso que eles nos trancaram na prisão e por esta razão eles mantêm-nos longe do povo. Contudo, minha fé continua indestrutível.

Eu sei e sinto profundamente em meu coração que mais cedo ou mais tarde meu povo irá se livrar de seus inimigos internos e externos, que eles levantar-se-ão como um só e dirão “Não!” ao colonialismo, a fim de conquistar sua dignidade em uma terra livre.

Nós não estamos sozinhos. A África, Ásia, os povos livres e os povos que lutam pela sua liberdade em todos os cantos do mundo estarão sempre lado a lado com os milhões de congoleses que não desistirão da luta enquanto houver um colonialista ou um de seus mercenários em nosso país.

Para meus filhos, que eu estou deixando e que, talvez, não os veja novamente, eu quero dizer que o futuro do Congo é esplêndido e que eu espero deles, assim como todo congolês, o cumprimento da tarefa sagrada de restaurar a nossa independência e nossa soberania.

Sem dignidade não há liberdade, sem justiça não há dignidade e sem independência não existem homens livres.

Crueldade, insultos e tortura jamais poderão forçar-me a implorar por misericórdia, porque eu prefiro morrer de cabeça erguida, com uma fé indestrutível e uma profunda crença no destino de nosso país, do que viver submisso e renunciar aos princípios que são sagrados para mim.

O dia virá quando a história falar. Mas não será a história que será ensinada em Bruxelas, Paris, Washington ou nas Nações Unidas.

Será a história que será ensinada nos países que terão se libertado dos colonialistas e de seus fantoches.

A África irá escrever sua própria história e tanto no Norte como no Sul será uma história de glória e dignidade.

Não chores por mim. Eu sei que meu atormentado país será capaz de defender sua liberdade e sua independência.

Vida longa ao Congo!

Vida longa à África!

Da Prisão Thysville,
Patrice Lumumba

Educação Inclusiva em uma sociedade produtora de exclusão

Temos uma escola inclusiva, capaz de acolher e ensinar a todos os estudantes? Capaz de garantir uma aprendizagem equitativa onde são aproveitadas as capacidades e respeitadas suas limitações de cada estudante? Uma escola capaz de acolher a diversidade da qual é composta a sociedade brasileira? Essas questões são comuns no interior das escolas e em outros espaços onde se discute educação.

O termo Educação Inclusiva ganha força nos anos 1990, com um conjunto de tratados e convenções internacionais que com o objetivo de criar condições para que os países signatários garantam acesso, permanência e educação de qualidade para todas as pessoas, independente de raça, gênero e condições físicas ou intelectuais.

O Brasil, como país signatário incorporou as orientações dos organismos internacionais em seu conjunto legal e normativo, em especial, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, culminando na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva de 2008, define a Educação Especial como uma modalidade de educação e garante serviços de apoio aos estudantes com deficiência, Transtornos de Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidade de Superdotação.

É inegável que a escola está diferente, com presença de estudantes de todas as raças e etnias, de diferentes orientações sexuais, com diferentes barreiras

para acessar o currículo escolar e os dados confirmam o aumento de matrículas em todos os níveis de ensino.

Se esse processo está em andamento no Brasil há quase 30 anos e o debate persiste é porque a explicação está além da educação.

Em primeiro lugar é necessário recordar que a educação é apenas uma das políticas públicas necessárias para garantir a inclusão. Outros serviços, como saúde, assistência social, cultura e esporte são essenciais para o desenvolvimento dos estudantes.

Essas políticas são sistematicamente esvaziadas pelos diferentes governos com terceirizações, privatizações, e os recursos humanos e materiais são cada vez mais escassos. As famílias não conseguem atendimento na rede pública e quando conseguem, muitas vezes os atendimentos não têm continuidade por falta de vagas ou ausências de profissionais qualificados.

Mesmo as políticas assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que contribui com a subsistência das famílias das crianças com deficiência, e os programas de renda mínima, como bolsa família, passam constantemente por ataques por parte dos governos e das classes dominantes, prejudicando milhares de famílias dos estudantes das escolas públicas. A pobreza material contribui para o mau desempenho escolar dos estudantes.

Em segundo lugar é mister destacar

que a escola pouco mudou em sua estrutura, principalmente no que se refere aos recursos humanos, não houve aumento substancial no quadro de funcionários e os profissionais da educação continuam atuando em condições cada vez mais precárias, com salários e direitos em constantes ataques, além da permanência de longas jornadas de trabalho.

Dito isto voltamos às perguntas iniciais do texto.

A Escola e a sociedade se relacionam dialeticamente, não sendo possível compreender a escola deslocada das tramas sociais em que está inserida. Vivemos em uma sociedade marcada por contradições que aumentam proporcionalmente sua capacidade de produzir riquezas e gerar desigualdade, excluindo a maioria da população dos benefícios dos avanços tecnológicos. A tecnologia inserida na lógica de produção do capital aumenta a jornada de trabalho e descarta bilhões seres humanos, tornando-os supérfluos.

Nesse sentido, a escola está incluindo na desigualdade, para a preservação de um modelo de sociedade excludente. A escola inclusiva subsistiu a escola crítica, formando sujeitos para a conformação, sem pensar nas contradições que produzem a exclusão.

A escola inclusiva é marcada pela diversidade e esvaziada do conteúdo da crítica, servindo como mais um invólucro ideológico para a manutenção das desigualdades.

TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DE MG LUTAM CONTRA A MILITARIZAÇÃO



Nas primeiras semanas de julho, os trabalhadores da Educação de Minas Gerais, mobilizados pelo Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE) promoveram luta contra a militarização das escolas no estado. Assim como em outras partes, o governo de Zema tenta militarizar as escolas, como se a militarização pura e simples pudesse resolver os graves problemas que afetam não só a Educação, mas vários outros áreas da sociedade. Em seu site, o Sind-UTE afirmou que “acompanha, com preocupação, os impactos desse modelo em outros estados e entende que a imposição desse tipo de estrutura coloca em risco a organização pedagógica das escolas”. Como resultado da mobilização, em contato com outros setores da classe trabalhadora, o governo recuou. No entanto, sabemos que continuarão tentando implementar essas falsas soluções. Por isso a mobilização e a luta devem continuar.

Visitando a ocupação Vila Esperança no Espírito Santo

Com objetivo de apoio às famílias na conquista da regularização fundiária de seus terrenos, já divididos em glebas, “lotes”, com nomes definidos das ruas, fruto da luta por moradias que se estende desde novembro de 2016, no último dia 22 de Junho, o Jornal Rumos da Luta visitou o acampamento Vila da Esperança, situado em Vila Velha, cidade da região metropolitana do Espírito Santo, para conhecer a realidade de mais de 800 famílias que ocupam terras devolutas do estado e sofrem ameaças de perder seu local de moradia para as grandes corporações da construção civil que pretende construir no território ocupado um grande condomínio de luxo visando o lucro de alguns. A situação é de conhecimento da sociedade capixaba, através de muitas reportagens sobre o conflito no Jornal Século Diário, Rede Gazeta, Movimentos Sociais, lideranças jornalísticas, muitos silenciados pela submissão ao poder econômico e político ou pelo aparato judicial.

O acampamento Vila Esperança surge da expulsão das famílias da ocupação do Vale da Conquista, um loteamento ao lado da Boa Esperança, que em novembro de 2016 foram expulsas pela reintegração de posse em que a proprietária dizia que a “terra era toda dela”. Entre 2017 e 2019 o Prefeito da cidade, fez um decreto da utilização da terra para moradia social dividindo o território em glebas de interesse social, com recurso em caixa para o registro municipal e após perder as eleições, o prefeito que o sucedeu derrubou o decreto e utilizou os recursos para outros fins, com o argumento que as terras eram do ex-marido da proprietária das terras ocupadas do Vale da Conquista, que tinha em mãos documentos com datas posteriores à ocupação das famílias.

As famílias, revoltadas com a situação, descobriram que quem dizia ser o titular das terras, Carlos Fernando Machado, tinha 53 processos de grilagem de terra, inclusive já tinha até sido preso. Foi descoberto pelo candidato opositor que perdeu as eleições para o atual prefeito, que a corporação imobiliária que tem interesse no território para construir um condomínio de luxo presenteou o prefeito, ainda recém empossado, com um apartamento de luxo na área nobre da cidade no valor de mais de 2,5 milhões de reais. O fato foi apresentado aos moradores com documentos que eram da mesma empresa que tinha interesse nas terras ocupadas. O caso foi muito divulgado em vídeos que circularam nas mídias pelo Youtube, do jornalista investigativo Marcelo Maranhos - que expôs todas as denúncias e logo o vídeo foi derrubado das plataformas digitais por determinação judicial.

Diante de muitas dificuldades para as mulheres, crianças e idosos, sem água encanada, esgoto e luz, abandonadas à própria sorte pelo poder público, as lideranças locais e as famílias sofrem ameaças constantes, inclusive temem pela própria vida.

A ocupação é formada por mais de 800 famílias trabalhadoras, com crianças, idosos e pessoas com deficiência e “pela falta de condições de custear aluguel caro não



tem pra onde ir, não querem morar em carros ou ficar em situação de rua” conforme uma moradora local afirmou, e ainda, elas “só querem um pedaço de terra pra plantar uma mandioca, verdura e batata doce para as crianças ir alimentadas pra escola”.

Em audiência judicial, empresa e famílias estiveram de frente a frente para solucionar o conflito. As lideranças afirmaram em juízo, que a comunidade de Vila Esperança é formada por famílias de trabalhadores pobres, em sua maioria mulheres pardas e negras, mães que cuidam sozinhas de seus filhos, que estão sem local de moradia, e não tem condições de comprar um lote, que a moradia é um direito fundamental e que as terras devem ser de interesse coletivo e não individual para beneficiar as corporações ricas que apresentam documentos de propriedade da terra com data recente posterior a ocupação. Ressaltaram que não vão aceitar insinuações de acusações de que são ladrões ou traficantes de drogas, e não vão aceitar intimidações de prisões e cooptação com oferecimento de privilégios para alguns ou migalhas do poder público com o oferecimento de 2 mil reais e outras ninharias pela empresa para uma parte da comunidade, 100 famílias, com o objetivo de enfraquecer a luta. Sob sorrisos de deboche dos representantes da empresa, as lideranças se mantiveram firmes em seu propósito da luta pela moradia, enquanto a comunidade em peso aguardava com faixas de protestos pelo direito à moradia no lado de fora do Fórum. Mesmo com a organização da comunidade, ao final da audiência, a justiça foi favorável a empresa e a comunidade recorreu da integração injusta de posse buscando a solução em âmbito nacional, levando o debate ao Conselho Nacional de Moradia, Senado brasileiro, pelo seu representante em âmbito local e Tribunal Superior de Justiça.

A comunidade é muito unida da defesa de suas lideranças. As ameaças, acusações infundadas só aumentam o respeito e o apoio legítimo a cada enfrentamento às suas lideranças. A comunidade sabe que

sua força vem da organização das frentes de trabalho e desta união, e da convicção que sua causa é justa e de direito, que as terras pertencem a quem trabalha e quer dela tirar seu sustento e sua sobrevivência e que só unidos não vão aceitar nenhum constrangimento e assédio moral pelo que buscou as instâncias de poder superior do Estado Brasileiro sendo suspenso o processo de retirada das famílias até um entendimento dos juízes na instância superior.

Diante do contexto, com a garantia de autonomia e de decisão, as famílias estão determinadas “a gente não vai sair, somente resistir”, pois tem a convicção que sua luta é verdadeira, justa e correta. É necessário que a sociedade capixaba se mobilize enquanto pressão ajudando a denunciar as manobras do poder burguês, que sempre são as mesmas, só muda de endereço, ameaças, cooptações, oportunismos, acionamento do aparato policial em defesa dos interesses do estado, infiltração e exposição da população a riscos eminentes. Só a unidade das forças mais conscientes e avançadas da sociedade, principalmente a dos Sindicatos que representam os trabalhadores de diversas formações e conhecimentos, com força de ampla mobilização podem promover a solidariedade às famílias da Vila Esperança, ajudando resolver seus problemas imediatos com o apoio individual ou coletivo através das Caravanas de Solidariedade com apoio social, alimentação, água, assistência jurídica, médicos, residência de médicos e enfermeiros e equipe multiprofissional com assistência psicológica e pedagógica, como também a garantia do acesso a assistência secundária da saúde tendo como porta de entrada os serviços ambulatoriais, principalmente a de gestão do Poder Público Estadual e principalmente Federal que disponibiliza de mais capacidade científica e técnica. Silenciar diante do fato, é ser conivente com todas as formas de opressão e exploração da população capixaba, pelo que mostramos o que somos e qual o lado defendemos com ação prática propositiva e imediata.

SELO 10 ANOS: uma década do selo Edições Nova cultura

Em 2015, a partir de uma oportunidade que se apresentou, alguns militantes comunistas, diante da escassez de obras marxista-leninistas publicadas em nosso país, desenvolveram a ideia e concretizaram a fundação do selo editorial como continuidade do trabalho iniciado no NOVACULTURA.info. Portanto, em 28 de julho o selo Edições Nova Cultura completou uma década de sua concepção a partir do trabalho militante da União Reconstrução Comunista com o objetivo de ampliar a divulgação de um material importante sobre o socialismo científico e a luta revolucionária dos povos, ainda pouco difundido em nosso país. Assim, pudemos editar mais de 70 obras, desde a retomada da publicação de grandes títulos de J.V. Stalin e Mao Tsé-tung, além de outros trabalhos da Coreia Popular, Vietnã, Cuba e China, além de registros das história e da produção do Partido dos Panteras Negras e dos líderes revolucionários em África, dentre outros materiais. Completamos 10 anos de atividade satisfeitos com o trabalho que nos propusemos a fazer e que avaliamos que cumprimos com alguma eficiência. Mas também enfrentando os desafios inerentes a conjuntura brasileira e a crise geral do capitalismo. Desde maio criamos uma campanha recorrente para que possamos garantir a continuidade do nosso projeto. Saiba mais como contribuir para a manutenção do selo por mais alguns anos no NOVACULTURA.

